

LORENZETTI

INOVAÇÃO QUE DESAFIA O TEMPO

LORENZETTI S/A INDÚSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALÚRGICAS

C.N.P.J. nº 61.413.282/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento ao que dispõe o Estatuto Social e em conformidade com exigência legal, a Diretoria da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrativos Financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Esta Diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao perfeito conhecimento das contas ora apresentadas.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)				
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	302.804	352.256	
Contas a receber de clientes	6	561.022	467.815	
Estoque	7	274.514	260.785	
Impostos a recuperar	8	10.648	6.998	
Despesas antecipadas	–	14.700	6.349	
Outros créditos	–	45.138	8.378	
Total do ativo circulante		1.208.826	1.102.581	
Ativo não circulante				
Contas a receber de clientes	6	5.365	5.081	
Depósitos restituíveis	–	779	829	
Impostos a recuperar	8	3.468	1.950	
Imobilizado	9	373.256	364.025	
Intangível	–	8.242	6.556	
Total do ativo não circulante		391.110	378.441	
Total do ativo		1.599.936	1.481.022	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)				
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros
Saldo em 1 de janeiro de 2024		750.000	48.781	403.329
Lucro líquido do exercício	–	–	–	370.730
Reserva legal	18.c	–	18.536	(18.536)
Distribuição de lucros	18.b	–	–	(493.557)
Juros sobre capital próprio	18.b	–	–	(74.176)
Dividendos propostos	18.b	–	–	(89.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		750.000	67.317	98.742
Lucro líquido do exercício	–	–	–	488.702
Reserva legal	18.c	–	24.435	(24.435)
Distribuição de lucros	18.b	–	–	(374.459)
Juros sobre capital próprio	18.b	–	–	(72.012)
Dividendos propostos	18.b	–	–	(116.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		750.000	91.752	843.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS RS - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas ("Companhia"), sediada na Av. Presidente Wilson, 1230 - Mocca, São Paulo - SP 03107-901, é uma indústria brasileira com mais de 100 anos de história, reconhecida por sua trajetória de inovação, pioneirismo e transformação. Líder no segmento de duchas, chuveiros, torneiras elétricas e aquecedores de água a gás, a Companhia se destaca também nos mercados de luças, assentos, metais e plásticos sanitários, purificadores de água, pressurizadores e bombas. Atualmente, com cerca de 4,5 mil funcionários, cinco fábricas no Brasil, sendo quatro unidades no Estado de São Paulo e uma em Minas Gerais, a Lorenzetti está presente em milhões de lares brasileiros e em 40 países.

A companhia se caracteriza por oferecer produtos de qualidade, design inovador, tecnologia e consciência ambiental, além de solidez financeira e reconhecimento junto a consumidores, clientes e fornecedores.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram apresentados arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 14** - prazo do arrendamento; se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota Explicativa nº 3.6.1 c** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados;
- **Nota Explicativa nº 6** - determinação da perda esperada de contas a receber de clientes;

- **Nota Explicativa nº 7** - reconhecimento e mensuração das estimativas para perdas com estoques obsoletos e giro lento;
- **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- **Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

As mensurações de valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identicos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no "Nível 1", que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4. Reclassificação do fluxo de caixa referente ao período comparativo

A Companhia efetuou a reclassificação do fluxo de caixa das atividades operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para melhor apresentação, referente ao pagamento do imposto de renda e contribuição social, anteriormente apresentados na rubrica de impostos e contribuições, sendo agora apresentados na rubrica de imposto de renda e contribuição social pagos. A citada reclassificação não alterou o montante do fluxo de caixa operacional, de investimentos e de financiamentos, bem como não alterou os demais elementos destas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. Práticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pela Companhia.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo	Natureza e época de cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme CPC 47
Venda de produtos	A Companhia baseia suas estimativas na venda de produtos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.	A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

3.2. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição, vale-transporte ou fretado, assistência médica, fornecimento de refeição para os empregados da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por regime de competência.

3.3. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita e despesas de juros, descontos concedidos e obtidos e despesas bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de

juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças nos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças nos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

3.5. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, as matérias-primas, produtos em elaboração e produtos acabados. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Companhia adota critérios de provisão para perdas com estoques de produtos acabados, peças e componentes, considerando obsolescência, deterioração e redução de valor de mercado. A provisão é calculada com base na análise do giro dos produtos, condições físicas e tendências de mercado. Os valores provisionados são reconhecidos como despesa contábil no período correspondente, seguindo as normas contábeis aplicáveis.

3.6. Imobilizado e Intangível

3.6.1. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Qualquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e instalações	30 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	13 anos
Equipamentos de informática	9 anos
Veículos	4 anos
Benefícios em imóveis de terceiros	30 anos
Direito de uso - imóveis	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.6.2. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	09 anos
----------	---------

3.7. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a

Demonstrações Financeiras 2025

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

www.lorenzetti.com.br

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	2.102.195	1.728.569
Custo dos produtos vendidos	21	(946.839)	(808.468)
Lucro bruto		1.155.356	920.101
Despesas com vendas	22	(292.114)	(264.353)
Despesas gerais e administrativas	23	(126.739)	(127.224)
Outras receitas		153	1.816
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		736.656	530.340
Receitas financeiras		42.328	51.687
Despesas financeiras		(42.008)	(11.853)
Resultado financeiro, líquido	24	320	39.834
Resultado antes dos impostos e da participação sobre o lucro		736.976	570.174
Imposto de renda e contribuição social	15	(202.763)	(161.536)
Lucro antes da participação sobre o lucro		534.213	408.638
Participações sobre o lucro	25	(45.511)	(37.908)
Lucro líquido do exercício		488.702	370.730
Lucro por ação - básico	18.d	25.908	19.6484

As notas explicativas da Administração

são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	488.702	370.730
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	488.702	370.730

As notas explicativas da Administração

são parte integrante das demonstrações contábeis

manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados:

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia

LORENZETTI

INOVAÇÃO QUE DESAFIA O TEMPO

Demonstrações Financeiras 2025

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

www.lorenzetti.com.br

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS R\$ - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

As políticas e gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Exposição de risco de crédito	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	302.804	352.256
Contas a receber de clientes	6	566.387	472.896
Total		869.191	825.152

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém "Caixa e equivalentes de caixa" de R\$ 302.804 (R\$ 352.256 em 31 de dezembro de 2024).

O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Não foram identificadas provisões para perdas sobre as aplicações financeiras nos exercícios.

(ii) Risco de mercado

Atrasos e falta de pagamento por parte dos clientes podem impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia, uma gestão eficiente das contas a receber é essencial para minimizar esse risco, garantindo que os clientes cumpram seus pagamentos dentro dos prazos acordados.

As flutuações nos preços de metais como aço, cobre e alumínio podem impactar significativamente os custos de produção. Se os preços dessas matérias-primas aumentarem, a Companhia pode enfrentar dificuldades para manter suas margens de lucro sem repassar os custos adicionais aos consumidores, o que pode afetar a competitividade no mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a índices de inflação.

Os instrumentos financeiros derivativos (swap) são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de swap apresentavam saldo líquido a pagar no valor de R\$31 (a Companhia não possuía operações com Instrumentos financeiros derivativos no exercício findo 31 de dezembro 2024).

Instituição	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Data de início	Data de vencimento	Valor nominal contratado	Valor justo em 2025 (R\$)		Valor MTM
						Ativa	Passiva	
Contratos de Swap								
Itaú Unibanco S.A.	IPCA	CDI (252 dias úteis), à razão de 100%	26/12/2025	15/01/2027	150.000	150.224	150.255	31

DIRETORIA

Aldo Alberto Lorenzetti Diretor Presidente	Eduardo José Coli CEO
Alexandre José Antonio Lorenzetti Diretor	Sergio Duó De Oliveira Corrêa Diretor Adm. Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

Análise de sensibilidade

As aplicações financeiras estão referenciadas pela taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) entre outros, as debêntures a (CDI) + Spread 0,70% e o Fimane (CDI) + Spread 0,30%. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e debêntures, utilizando fundamentalmente o cenário razoavelmente possível considerado por instituições financeiras de primeira linha.

Aplicação financeira	Indexador	Taxa de juros a.a.	CDI 31/12/2025	CDI de Exposição	
				Posição em 31 de dezembro de 2025	Cenário razoavelmente possível (CDI 12,75%)
Debêntures	CDI	102,3%	14,90%	281.441	(6.051)
Finame	CDI + Spread	100% + 0,70%	14,90%	(152.628)	3.282
Swap	CDI + Spread	100% + 0,30%	14,90%	(150.255)	3.230
Exposição, líquida	CDI	100%	14,90%	31	—
					461

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui apólice de seguro contra incêndio e riscos diversos para cobertura dos bens do ativo imobilizado e dos estoques, os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram objeto de verificação pelo auditor independente, quanto a suficiência das coberturas contratadas.

28. Transação não caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Os valores referem-se ao direito de uso do imóvel o qual os efeitos não estão sendo apresentados nas demonstrações do fluxo de caixa.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de investimento		
Adoção inicial de direito de uso de ativos	5.056	66.138
Total	5.056	66.138
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de financiamento		
Arrendamento a pagar	5.056	66.138
Total	5.056	66.138

29. Eventos subsequentes

A Administração está monitorando a implementação da Reforma Tributária Brasileira, que substitui tributos federais e subnacionais (PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS) por CBS e IBS, a partir de 2026. A Companhia está em processo de adaptação de seus sistemas e processos de conformidade fiscal para garantir a transição adequada, sem impacto relevante imediato nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A transição definitiva ocorrerá até o encerramento do exercício findo em 2033. Estudos preliminares indicam que o modelo de não cumulatividade "split payment" poderá influenciar as margens operacionais e o fluxo de caixa da Companhia a partir do exercício de 2027.

CONTADOR

Claudio Lourenço Lorenzetti Diretor Industrial	Roberto Mendes Seixas TC - CRC - 1SP 147.819/O-9
Alexandre Luiz Tambasco Diretor Comercial	

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Raphael Tonetto Rodrigues
Contador - CRC 1SP-307.040/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 03/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/03/LORENZETTI1587911603032026.pdf>

Hash: 1772483640d3473ba79d0a41a5a533651ee2cf3344